



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA – UNIDADE EDUCACIONAL PENEDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU GESTÃO EM MEIO AMBIENTE
ARLEIDE DE SOUZA SANTOS

**A AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: OPORTUNIDADES
E DESAFIOS DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19 EM TEOTÔNIO VILELA - AL**

PENEDO/AL

2021

ARLEIDE DE SOUZA SANTOS

**A AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: OPORTUNIDADES
E DESAFIOS DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19 EM TEOTÔNIO VILELA - AL**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus de Arapiraca, Unidade de Penedo, como pré-requisito para a obtenção do grau de Especialista em Gestão em Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira

Penedo/AL

2021

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Biblioteca Unidade Educacional Penedo – BPP
Bibliotecária Responsável: Eliúde Maria da Silva CRB – 4/1834

S237a	<p>Santos, Arleide de Souza A agricultura familiar na alimentação escolar: oportunidades e desafios diante da pandemia de Covid-19 em Teotônio Vilela – AL / Arleide de Souza Santos. – Penedo – AL, 2021. 20 f.: il.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Lato Sensu Gestão em Meio Ambiente) Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Penedo. Penedo, 2021.</p> <p>Orientador: Prof. Msc.Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira.</p> <p>Bibliografia: f. 18-20.</p> <p>1. Políticas Públicas – PNAE. 2. Alimentação Saudável. 3. Agricultura familiar. 4. Pandemia – Covid19. 5. Agroecologia. I. Oliveira, Ticiano Rodrigo Almeida. II. Título.</p> <p>CDU: 658:502/504</p>
-------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Campus Arapiraca

Unidade Educacional Penedo Curso de Especialização Lato Senu Gestão Em Meio Ambiente

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DEESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU GESTÃO EM MEIO AMBIENTE

ATA Nº 16

Ata da sessão referente à defesa intitulada “A AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: OPORTUNIDADES E DESAFIOS DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19 EM TEOTÔNIO VILELA - AL”, para fins de obtenção do certificado de Especialista em Gestão em Meio Ambiente pela discente **ARLEIDE DE SOUZA SANTOS** (início do curso em 28/06/2019) sob orientação do Prof.Msc. Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira /UFS.

Ao décimo quarto dia do mês de abril do ano de 2021 às 19 horas, online, reuniu-se a Banca Examinadora em epígrafe, aprovada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação Lato Senu conforme a seguinte composição:

Diogo Bessa Neves Spanghero/UFAL

Taciana Kramer de Oliveira Pinto/UFAL

Tânia Maria Gomes Voronkoff Carnaúba/UFAL

Tendo sido declarada aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho bem como da apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Senu* por parte de cada membro da Banca, a candidata foi submetida à arguição online e avaliação de produção condizente com o perfil do egresso do curso que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

- APROVADO** com nota 7,0 (sete vírgula zero).
- REPROVADO**, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em formulários em anexo a esta Ata, elaborado pela Banca Examinadora. Observações da Banca Examinadora (caso inexistam, anular o campo):

Nada mais havendo a tratar, declarou-se encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pela discente, atestando ciência do que nela consta.

Documento assinado digitalmente

gov.br

Diogo Bessa Neves Spanghero
Data: 27/04/2021 21:59:54-0300
CPF: 031.013.834-55

Diogo Bessa Neves Spanghero/UFAL

Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira/UFS

Taciana Kramer de Oliveira Pinto/UFAL

Tânia Maria Gomes Voronkoff Carnaúba/UFAL

Arleide de Souza Santos

Campus Arapiraca, Unidade Educacional Penedo – Av. Beira Rio, s/n – Centro– CEP: 57200-000
Penedo/AL | www.ufal.edu.br

RESUMO

A agricultura familiar consiste na prática rural sem que agrida de forma exacerbada o meio ambiente, a fim de retirar recursos naturais para a produtividade e promover a produção limpa e eficaz. Para garantir o equilíbrio ambiental e do solo, são rotacionadas as culturas cultivadas, visando o baixo impacto ambiental, com enfoque na sustentabilidade e na conservação dos recursos naturais. Na agricultura convencional o foco é a alta produtividade, onde as técnicas e equipamentos modernos e uma variedade notável de insumos tais como agrotóxicos e fertilizantes a fim de acelerar o processo de cultivo são utilizados, sem se atentar exatamente às propriedades nutricionais que o alimento irá oferecer. Nessa perspectiva, este trabalho consiste em analisar os processos de implantação do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), com a finalidade de dispor uma alimentação saudável na rede pública de ensino, bem como contribuir com a economia local. Nessa perspectiva e em busca de informações acerca do processo de aquisição de alimentos produzidos por meio da agricultura familiar no município de Teotônio Vilela – AL, através de contato com o departamento competente e pesquisa por meio do Portal FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), resume-se na assertiva das limitações que a Pandemia do Covid-19 trouxe para os produtores locais, diminuindo assim, aquisição da produção rural, considerando de grande parte da produção é de caráter perecível e, sendo assim, os produtores tiveram de buscar outros métodos de comercialização a fim de amenizar os riscos de perda da produção, vendendo, portanto, a preços, muitas vezes abaixo de mercado.

Palavras-chave: PNAE, Políticas Públicas, Alimentação Saudável, Agricultura Familiar, Pandemia, Covid19, Agroecologia.

ABSTRACT

Family farming consists of rural practice without exacerbated the environment in order to remove natural resources for productivity and promote clean and effective production. To ensure environmental and soil balance, cultivated crops are rotated, aiming at low environmental impact, focusing on sustainability and conservation of natural resources. In conventional agriculture the focus is high productivity, where modern techniques and equipment and a remarkable variety of insums such as pesticides and fertilizers in order to speed up the cultivation process, without focusing exactly on the nutritional properties that the food will offer. From this perspective, this work consists of analyzing when the Implementation of the National School Feeding Program (Pnae), with the purpose of having a healthy diet in the public school system. As well as contributing to the local economy. From this perspective, and in search of information about the process of acquisition of food produced through family farming in the municipality of Teotônio Vilela - AL, through contact with the competent department, and research through the FNDE Portal (National Fund for Education Development, summarizes in the assertion of the limitations that the Pandemic of Covid-19 brought to local producers , thus reducing the acquisition of rural production, considering much of the production is perishable and, therefore, producers had to seek other methods in order to mitigate the risks of loss of production, thus selling at prices, often below the market.

Key word: PNAE, Public Policies, Healthy Eating, Family Farming, Pandemic, Covid19, Agroecology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS	8
2.1. Objetivo Geral.....	8
2.2. Objetivos Específicos.....	8
3. METODOLOGIA	9
4.3. PNAE em Teotônio Vilela	12
5. RESULTADOS.....	15
7. REFERÊNCIAS.....	18

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar consiste na prática rural sem que agrida de forma exacerbada o meio ambiente, a fim de retirar recursos naturais para a produtividade e promover a produção limpa e eficaz (TECNOLOGIA NO CAMPO, 2019) onde o trabalho agrícola é tocado pelos membros da família proprietária.

A Agricultura Familiar foi regulamentada no Brasil pela Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 que determina:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”
(BRASIL, 2006)

Para garantir o equilíbrio ambiental e do solo, são rotacionadas as culturas cultivadas, visando o baixo impacto ambiental, com enfoque na sustentabilidade e na conservação dos recursos naturais. (EMBRAPA, 2008)

Na agricultura convencional o foco é a alta produtividade, onde as técnicas e equipamentos modernos e uma variedade notável de insumos tais como agrotóxicos e fertilizantes são utilizados a fim de acelerar o processo de cultivo, sem se atentar exatamente às propriedades nutricionais que o alimento irá oferecer.

Em preocupação com a qualidade da alimentação escolar foi criado o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que consiste na assistência financeira suplementar aos estados e municípios brasileiros que garante não menos do que uma refeição por dia para os alunos que estejam matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

A aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), descrita na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de produtos de caráter alimentar diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Teotônio Vilela, município alagoano onde foi desenvolvido o estudo, com uma população de aproximadamente 44.372 habitantes e uma área de 299,221 km² (IBGE, 2020), possui uma média de 120 mil ha de área agricultável, considerando quaisquer atividades de envolvam a agricultura, tanto voltadas para a agricultura familiar quanto para a agricultura média. Tendo como principais culturas mandioca p/ indústria, macaxeira, melancia, maracujá, feijão *phaseollus*, farinha de mandioca, milho verde, caju in natura, mamão e abacaxi. A Secretaria de Agricultura do município possui cadastrados de forma regular cerca de 800 agricultores, mas, acredita-se que hajam aproximadamente 5.000 pessoas que praticam alguma atividade que envolve a agricultura em geral.

A agricultura tem um papel de grande importância na economia do município, foi responsável por fomentar cerca de 77% do arrecadado no ano 2019 dentro do que envolve as práticas da agricultura, conforme foi evidenciado pelo órgão responsável pelas informações fornecidas.

Em 2020, houve uma grande queda sobre as vendas da produção da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), devido a suspensão das aulas, provocada pela situação pandêmica a qual o país se encontra.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

O presente trabalho tem como principal objetivo levantar informações acerca do processo de aquisição dos produtos da Agricultura local para a alimentação escolar e identificar quais as oportunidades e os desafios que os produtores da Agricultura Familiar, estão enfrentando mediante a Pandemia do Covid-19, bem como promover uma discussão acerca das decisões que promovem a inclusão do pequeno produtor em programas sociais oriundos da promoção da rentabilidade local.

2.2. Objetivos Específicos

- Conhecer como é feita a implantação dos gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar na alimentação escolar;
- Compreender como a Agroecologia beneficia a sociedade local, considerando seu papel no tripé da sustentabilidade;

3. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos foi contactada a Secretaria Municipal de Agricultura para aquisição de dados sobre como ocorre o processo de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, e como se dá a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Teotônio Vilela – AL, através de informações adquiridas no departamento responsável pela aquisição desses produtos, aquisição de relatórios e informações prestadas verbalmente. Foram realizadas buscas no Portal do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) em busca de informações referentes aos repasses para o município.

O município de Teotônio Vilela-AL, possui na agricultura familiar uma das bases de sua economia. Localizado na Mesorregião do Leste do estado de Alagoas, possui uma população de aproximada de 44.372 habitantes (IBGE, 2020) e, 483 agricultores familiares formais (MAPA, 2020).

Para o levantamento dos dados secundários acerca do tema Agroecologia para a sustentabilidade, foram levantadas bibliografias recentes para o tema, nas principais plataformas de pesquisa, utilizando os termos *agroecologia and sustentabilidade*; *agroecologia and alagoas* e *agroecologia and teotônio vilela*. Não foram impostos limites de tempo no ano das publicações.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1. Agricultura Familiar

A agricultura familiar consiste na prática rural sem que agrida de forma exacerbada o meio ambiente, a fim de retirar recursos naturais para a produtividade e promover a produção limpa e eficaz. Além disso, representa um importante papel na economia de muitas comunidades, tendo por principais características: técnicas agrícolas condizentes com a realidade e possibilidades locais e a não interferência na identidade cultural dessas comunidades rurais. Esta cultura tem também um grande papel na sustentabilidade socioambiental, pois utiliza práticas de baixo impacto como a diversidade produtiva, e o pouco ou nenhum uso de defensivos agrícolas (TECNOLOGIA NO CAMPO, 2019).

Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017), a agricultura familiar emprega cerca de 10 milhões de pessoas, das 15,1 milhões que trabalham no setor agropecuário brasileiro. Esse tipo de produção representa importante papel a nível mundial. Estima-se a redução do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, tornando rentável para o produtor a prática da agricultura agroecológica e, produz-se assim, alimentos de melhor qualidade, mantém-se a biodiversidade e faz-se o uso de adubos naturais, oferecendo, portanto, alimentos mais saudáveis e ricos em nutrientes, a fim de promover uma alimentação saudável e agregar aos produtores rurais locais uma destinação para os alimentos produzidos por meio da Agricultura Familiar (EMBRAPA, 2014).

A agricultura familiar tem um importante papel na cooperação para a segurança alimentar e nutricional, além de contribuir para a criação de práticas agrícolas mais produtivas, inovadoras, através do uso de técnicas mais simples e sustentáveis (PLOEG, 2014). Além disso, a agricultura familiar pode promover a resiliência socioeconômica e ambiental das comunidades rurais, por meio da geração de trabalho para uma considerável parcela da sociedade, contribuindo para o aumento de renda essa população desfavorecida financeiramente (PLOEG, 2014). No entanto, atualmente as famílias agricultoras vêm sofrendo com diversos fatores: custo de produção alto e preço de venda alto, volatilidade do mercado agrícola, bem como, acesso a mercados bloqueados, o que tem gerado insegurança financeira nos produtores agrícolas (PLOEG, 2014).

4.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar

Em relação às políticas públicas voltadas para a segurança alimentar no Brasil, as primeiras preocupações ocorreram na década de 1930, quando a fome e desnutrição atingiram grande parte da população brasileira (PEIXINHO, 2013). Com o decorrer dos anos, ações governamentais foram criadas para tentar sanar esta situação, como exemplo, em 1940 foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), voltada para mudanças no hábito alimentar do trabalhador e considerada a primeira política pública de alimentação do país (PEIXINHO, 2013).

Ao longo da História do país diversos programas foram incluídos na gestão política, dentre eles o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo este a maior de todas que já foram criadas até o presente momento. O PNAE consiste na assistência financeira suplementar aos estados e municípios brasileiros que garante não menos do que uma refeição por dia para os alunos que estejam matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Dentre os objetivos do Programa se destaca: proporcionar as necessidades nutricionais parciais dos alunos, contribuir para a melhoria do desempenho escolar, promover a educação nutricional (RIBEIRO DOS SANTOS et al., 2016).

Considerando que a alimentação escolar é direito dos estudantes e considerada uma das vertentes da Segurança Alimentar e Nutricional, recentemente, a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio da Lei nº 11.947/09 e da Resolução/CD/FNDE nº 38/2009, avançou na questão da sustentabilidade e do fornecimento de uma alimentação saudável e adequada aos escolares durante o período de aula (ROSSETTI ET AL., 2016).

De acordo com a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 determina que no mínimo 30% do valor repassado pelo FNDE devem ser utilizados para aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar local, de forma que sejam priorizados os assentados da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Ademais, decidiu que os cardápios devem respeitar os hábitos alimentares, a cultura e a tradição da localidade, pautados na diversificação agrícola da região, o mínimo de 30% do repasse financeiro a ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar (Artigo 14) (ROSSETTI ET AL., 2016).

Além disso, esta lei prevê o desenvolvimento sustentável à medida que os incentivos a ele destinados promovem a aquisição de gêneros alimentícios diversificados para os alunos, produzido em escala local, em respeito à cultura, sazonalidade e tradição alimentar (PEIXINHO, 2013).

Dessa forma, o apoio à Agricultura Familiar tem sido fortalecido pela implementação de políticas públicas visando promover o Direito Humano à Alimentação adequada e também favorecendo desenvolvimento econômico dos agricultores (SARAIVA ET AL., 2013). Na atual conjuntura em que estamos vivendo por conta do isolamento social para enfrentamento da pandemia causada pelo COVID-19, torna-se um desafio para a continuidade do PNAE quanto ao fornecimento da alimentação escolar. Isso devido à pausa no acesso à alimentação causada pela interrupção nas aulas, o que trouxe como consequências: impacto socioeconômico nas famílias e carências nutricionais nos alunos (AMORIM ET AL., 2020).

Com o intuito de assegurar ao alunado que é de fato assistido pelo Programa, foi publicada no dia 07 de abril de 2020 a Lei Federal que autoriza a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do PNAE durante a suspensão das aulas na rede pública, medida que é tornada vigente, nesse contexto, pelo período de suspensão das aulas, movida pela situação de emergência ocasionada pelo surgimento do coronavírus, no seu Artigo 21:

“Art. 21-A. Durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados, com acompanhamento pelo CAE, dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei, à conta do Pnae.” (BRASIL, 2020)

Compreende-se que o PNAE tem um papel importantíssimo no que concerne ao combate à insegurança alimentar e à fome durante a pandemia, além de assegurar fonte de renda dos agricultores familiares.

4.3. PNAE em Teotônio Vilela

Conforme os critérios estabelecidos pelos programas são devidamente distribuídos nas escolas públicas do município a fim de atender às demandas relacionadas alimentação da comunidade escolar. Dispondo de alimentos provenientes da agricultura familiar local, proporcionando alimentação saudável e de acordo com os hábitos e culturas alimentares locais.

Segundo dados disponíveis no Portal do FNDE em 2017 foram repassados R\$ 1.875.121,20 para o município de Teotônio Vilela e utilizados R\$ 577.498,79 em aquisição de alimentos da agricultura familiar local, equivalente a 30,80% do valor total repassado.

Nessa perspectiva, a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), descrita na Lei nº 11.947/2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de produtos de caráter alimentar diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, a priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. Aquisição esta que poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, tornando desnecessário, o procedimento licitatório.

A ligação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar está fundamentada nas diretrizes estabelecidas pelo PNAE, em relação:

- ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis;
- ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar. (FNDE/PNAE, 2015).

“O apoio ao desenvolvimento sustentável local ocorre pela priorização da compra de produtos diversificados, orgânicos ou agroecológicos, e que sejam produzidos no próprio município onde está localizada a escola, ou na mesma região, com especial atenção aos assentamentos rurais e comunidades indígenas e quilombolas. Nesse sentido, para o município, significa a geração de emprego e renda, fortalecendo e diversificando a economia local, e valorizando as especificidades e os hábitos alimentares locais”. (FNDE, 2015).

Na busca e construção de novos conhecimentos, surgiu a Agroecologia, como uma nova perspectiva científica, capaz de dar suporte a uma transição para estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir no processo de estabelecimento do desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios da Agroecologia passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis. (Caporal 2004, pág. 8)

Segundo Bianchini e Medaets, (2013, 5), a agroecologia é uma ciência que integra conhecimentos de outras ciências naturais, sociais e econômicas, possibilitando análise e proposições técnico-científicas para que a agricultura seja sustentável em sua multifuncionalidade.

Estão entre os problemas enfrentados pelo setor da agricultura familiar em tempos de pandemia: os impactos decorrentes da suspensão de contratos de compra, fechamento de restaurantes e lanchonetes, e mudança de hábitos do consumidor durante a quarentena, que refletem na perda de estoque, prejuízo financeiro e incerteza com relação às safras futuras.

Age, assim, como política pública que absorve parte significativa da produção e a destina a órgãos de assistência social, bancos de alimentos, restaurantes populares, programas para pessoas em situação de rua e iniciativas municipais, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), propondo ações que possibilitem amenizar os efeitos da crise.

5. RESULTADOS

A crise movida pela pandemia do Covid-19 refletiu na realidade dos munícipes vilelenses produtores rurais, já que diminuiu de forma drástica no montante de alimentos adquiridos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e/ou PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

A Lei Federal 13.987, de 07 de abril de 2020, possibilitou que fossem criadas novas oportunidades, para que os produtores rurais que contavam com aquela renda mensal, pudessem ainda assim fornecer parte do alimento produzido, a fim de garantir também que o alunado, excepcionalmente, de baixa renda obtenha os kits de alimentação fornecidos, através da aquisição por meio do PNAE.

Conforme informado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Abastecimento – SEMAPAA:

A produção adquirida anualmente era de 4 toneladas de alimentos, no ano 2020 caiu para aproximadamente 500 Kg/ano. Com a pandemia da Covid-19, a compra de alimentos da Agricultura Familiar limitou as oportunidades para esses pequenos produtores devido a maior parte desses produtos serem de caráter perecível. (Informação Verbal)

Com o intuito de amenizar os problemas relacionados ao tema, o município tem se posicionado, de forma a orientar os produtores locais quanto à destinação adequada para os produtos cultivados, já que o tempo útil de determinados alimentos fica comprometido, impossibilitando assim a sua inclusão nos *kits* de alimentação, dando espaço para alimentos industrializados, a fim de manter a variedade alimentar.

Os produtos repassados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) têm como base de custo uma média nacional, o que faz com que estes alimentos sejam valorizados comercialmente. Sendo assim, a fim de reduzir os prejuízos provocados com a diminuição da atuação do programa na aquisição de alimentos dos produtores rurais locais, estes têm se dirigido à feira livre do município, o qual dispõe da segunda maior feira livre do estado de Alagoas, e costuma receber feirantes de outras localidades circunvizinhas. No entanto, devido às restrições provocadas pela situação pandêmica, abriu espaço para os produtores locais, dando a estes certa prioridade no comércio local, que mesmo vendendo a preços reduzidos, não perdem a produção.

Ainda segundo o departamento responsável, “com a implantação dos programas de aquisição PAA e PNAE uma média de 50 famílias são beneficiadas, e quando somadas às associações às quais são inseridas chega em torno de 150 beneficiários”.

Foi repassado ao município cerca de R\$ 2.359.211,80 pelo FNDE, e R\$ 423.917,18 foi utilizado pelo município para aquisição de alimentos, onde, aproximadamente 15.446 alunos foram beneficiados em 2020. (FNDE)

Como medida para erradicação da pobreza existe um programa municipal de incentivo à agricultura familiar, mais voltado para famílias que se encontram em maior vulnerabilidade econômica, o Projeto Barriga Cheia, que em parceria com empresas privadas da indústria (cana-de-açúcar) há cerca de 20 anos, cedem como empréstimo algumas áreas com a finalidade de aplicação do programa descrito, o qual distribui para os beneficiários, sementes de feijão carioca (*Phaseolus vulgaris*). Além de executar práticas que assegurem os associados ao programa, como por exemplo, a disponibilização de serviços de tratamentos culturais. Atualmente cerca de 800 famílias estão inseridas, tornando o município o maior produtor de feijão carioca do estado de Alagoas, ou seja, o município que menos compra feijão carioca, no estado. Chegando a colher uma média de 6 mil sacas/ano. Atualmente, foram cedidos cerca de 250 HA para esta finalidade.

Com clima tropical, o município possui como principal item cultivado a cana-de-açúcar e, por pequenos produtores o cultivo do milho, feijão, macaxeira, batata-doce, e melancia em maior frequência. Com centenas de famílias inseridas no programa como o Projeto Barriga Cheia, no qual famílias carentes inscritas fazem o plantio em áreas cedidas, a fim de potencializar a prática da agricultura local, e erradicação da pobreza. Segundo o IBGE, a produção agrícola alagoana considerada agricultura familiar é de 60,1 a 80% (IBGE, 2017). As atividades que envolvem agricultura e pecuária fomentaram para a economia do município, em 2019, cerca de R\$ 550.000.000,00. Os alimentos mais produzidos no município são descritos na Tabela 1:

Tabela 1 Produção de alimentos pela agricultura familiar em Teotônio Vilela – AL 2019.

Produto	Quantidade (Kg)
MANDIOCA P/ INDÚSTRIA	108.254.608
MACAXEIRA	21.450.260
MELANCIA	3.438.120
MARACUJÁ	815.960
FEIJÃO PHASEOLLUS	648.918

FARINHA DE MANDIOCA	633.220
MILHO VERDE	416.740
CAJU IN NATURA	250.646
MAMÃO	249.618
ABACAXI	96.348

Fonte: Secretaria Mun. de Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Abastecimento de Teotônio Vilela – SEMAPAA

Segundo a Secretaria Mun. de Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Abastecimento de Teotônio Vilela – SEMAPAA, a aquisição direta de produtos de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura familiar, para inserção no programa de alimentação escolar tiveram uma limitação, inicialmente, devido a suspensão das aulas presenciais, mas, devido já existir a feira livre local, como método de escape, os produtores foram orientados na comercialização dos produtos remanescentes, ou seja, que não foram adquiridos pelos programas de aquisição de alimentos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se as dificuldades impostas pela Pandemia do Covid-19, o município contribui de forma bastante considerável, na organização de feiras livres, a fim de destacar diante da economia local, a produção fornecida pela Agricultura Familiar, incentivando assim, que cada vez mais, a agricultura limpa e eficaz se propague e, consiga agregar valor aos seus produtos, de forma que não dependesse apenas dos programas de aquisição de alimentos.

Por meio deste trabalho de estudo compreendeu-se como os pequenos produtores vêm enfrentando os desafios impostos, considerando-se que, desde o início da Pandemia ocasionada pelo surgimento do novo Corona Vírus (Covid-19), não tenham ocorrido aulas presenciais, onde, seriam de fato utilizados os alimentos adquiridos por meio do programa de inclusão. Sendo o PNAE a principal forma de destinação da produção gerada por eles, ocasionou uma limitação quanto à sua aplicação, fazendo com que fosse necessária a tomada de decisão em contrapartida a essa situação pandêmica, que ainda assim não tenha sido suficiente para cobrir os prejuízos ocasionados.

7. REFERÊNCIAS

AGRICULTURA CONVENCIONAL – CARACTERÍSTICAS, IMPACTOS, EXEMPLOS – Economia – InfoEscola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/agricultura-convencional/>. Acesso em: 10/04/2021.

AGRICULTURA FAMILIAR: SAIBA O QUE É E SUA IMPORTÂNCIA PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA. Disponível em: <https://tecnologianocampo.com.br/agricultura-familiar/>. Pub. 14/01/2019. Atual. 17/05/2020. Acesso em 11/10/2020.

AGROECOLOGIA BENEFICIA CONSUMIDORES, AGRICULTORES E MEIO AMBIENTE. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias//noticia/2075161/agroecologia-beneficia-consumidores-agricultores-e-meioambiente>. Acesso em: 12/10/2020

Amorim, A. L. B. de, Ribeiro Junior, J. R. S., & Bandoni, D. H. (2020). Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 1134–1145. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200349>.

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015.

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnaeagricultura-familiar>. Acesso em: 08/10/2020

AROUCHA, Edvalda Pereira Torres Lin. AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: Estudo de oportunidades e de desafios. Paulo Afonso, 2012.

BIANCHINI, Valter; MEDAETS, Jean Pierre Passos. DA REVOLUÇÃO VERDE À AGROECOLOGIA: Plano brasil agroecológico. Brasília: MDA, 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15584957-Da-revolucao-verde-a-agroecologia-plano-brasilagroecologico-1-desenvolvimento-sustentavel-e-a-agricultura-de-base-ecologica.html> Acesso em 08/10/2020.

BRASIL TEM 517 TIPOS DE AGROTÓXICOS LIBERADOS PELA ANVISA. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/brasil-tem-517-tipos-de-agrotoxicos-liberados-pela-anvisa>. Acesso em 10/04/2021.

BORSATO, Aurélio Vinicius. SISTEMA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE BASE ECOLÓGICA. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1033980/1/Capitulo16.pdf>. Acesso em 10/10/2020.

CAPORAL, Francisco Roberto. AGROECOLOGIA: ALGUNS CONCEITOS E PRINCÍPIOS / por Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber; 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CENSO AGROPECUARIO 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro Acesso em: 13/10/2020.

COMO A PANDEMIA CAUSA UM ESTRAGO NA AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/11/Como-a-pandemia-causaum-estrago-na-agricultura-familiar>. Acesso: 09.10.2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Disponível em: Extrato DAP. <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>. Acesso em 13/10/2020.

TEOTÔNIO VILELA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 13/10/2020/

TURPIN, Maria Elena. A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL POR MEIO DO APOIO AOS AGRICULTORES FAMILIARES. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 16(2): 20-42, 2009.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 07/04/2020 | Edição: 67-B | Seção: 1 - Extra | Página: 9. Órgão: Atos do Poder Legislativo LEI Nº 13.987, DE 7 DE ABRIL DE 2020

ORGANIZAÇÃO DA PROPRIEDADE NO SISTEMA ORGÂNICO DE PRODUÇÃO. Circular Técnica 63. ISSN 1415-3033. Brasília, DF Julho, 2008.

PAGAMENTOS PNAE. FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigpc/pages/ManterPagamentos/ManterPagamentosList.seam?actionMe>

thod=pages%2FManterDocumentoDespesa%2FManterDocumentoDespesaList.xhtml%3Amante
rPagamentosController.prepararCreate%28%29. / Acesso em: 10/04/2021.

PEIXINHO, A. M. L. (2013). A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4), 909–916. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232013000400002>.

PLOEG, J. D. Van Der. (2014). Dez qualidades da agricultura familiar. *Agriculturas: Experiências Em Agroecologia - Cadernos Para Debate*-, 0(1), 7–14.

PROGRAMA PNAE. FNDE 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/regioes-ibge-pnae>. Acesso em: 10/04/2021.

RESULTADOS DEFINITIVOS AGICULTURA FAMILIAR, 2017. IBGE. Disponível em: [agricultura_familiar.pdf \(ibge.gov.br\)](#). / Acesso em 08/03/021.

Alagoas, 2020. IBGE. Disponível em: [al.pdf \(ibge.gov.br\)](#) / Acesso em: 08/03/2021.

RIBEIRO DOS SANTOS, S., De Sousa Costa, M. B., & Torres de Paiva Bandeira, G. (2016). As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) TT - Formas de gestión del programa nacional de alimentación escolar (PNAE) TT – Forms of management of the national schoolmeals program. *Revista de Salud Pública*, 18(2), 311–320. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012400642016000200014&lang=pt.

ROSSETTI, F. X., Da Silva, M. V., & Winnie, L. W. Y. (2016). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 23(2), 912. <https://doi.org/10.20396/san.v23i2.8647528>.

Saraiva, E. B., Silva, A. P. F. da, Sousa, A. A. de, Cerqueira, G. F., Chagas, C. M. dos S., & Toral, N. (2013). Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4), 927–935. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232013000400004>